

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Janine Bispo Amaral

**DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS: UM BREVE HISTÓRICO DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NO
BRASIL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Dra. Elizabeth de Paula Pissolato

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **JANINE BISPO AMARAL**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201973009A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS: UM BREVE HISTÓRICO DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**, desenvolvido durante o período de 03/09/2024 a 23/09/2024 sob a orientação de ELIZABETH DE PAULA PISSOLATO, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

JANINE BISPO AMARAL

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS: UM BREVE HISTÓRICO DA LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Janine Bispo Amaral¹

RESUMO

Esse artigo aborda a relação dos povos indígenas no Brasil com o Estado e a sociedade abrangente. Seu ponto de partida é a relação com a alteridade no encontro colonial, que produziu duas perspectivas distintas: uma de abertura ao outro e outra colonizadora. Esta última se perpetua na história do país, em políticas do Estado que, na verdade, buscaram, na maior parte do tempo, “desindianizar” os índios, fazê-los ausentes no território nacional. Mas a resistência e a luta dos povos originários jamais deixaram de existir. Resistência que se realizou em defesa das terras, dos modos de relação com a natureza, dos direitos conquistados. A Constituição de 1988, que reconheceu os direitos originários à terra e a autodeterminação dos povos indígenas, aparece como um marco fundamental nesta conquista de direitos, mas mostra-se insuficiente, já que as terras indígenas continuam sendo invadidas por garimpeiros, madeireiros e outros exploradores. Por sua vez, o Movimento Indígena se fortalece através do protagonismo de lideranças e da elaboração de uma luta atual que assume a dimensão de luta pela natureza e pela vida para além de seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos indígenas; história do Brasil; Movimentos Indígenas; Resistência Indígena.

1. INTRODUÇÃO

A objetivo desse artigo é integrar a visão das perspectivas indígenas sobre as políticas da terra e evidenciar suas lutas para terem direitos garantidos e respeitados na sociedade brasileira. O texto presente, iniciará uma abordagem histórica, mas também política, no sentido de uma aproximação do que são as políticas indígenas em contraste com as políticas do estado brasileiro.

A primeira parte reflete sobre o encontro dos indígenas com os invasores europeus e os olhares desdobrados desse encontro, bem como as catástrofes que lhe sucedem. Tomamos para essa abordagem as narrativas e reflexões de pensadores e lideranças indígenas atuais, ou seja, Ailton Krenak e Davi Kopenawa.

A ideologia política do estado que não garante efetivamente os direitos legítimos dos povos indígenas será um tópico desenvolvido tomando-se o discurso da liderança da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade e ministra atual do Ministério dos Povos Indígenas Sônia Guajajara, destacando a realidade de guerra em que os indígenas continuam vivendo no país. O antropólogo Viveiros de Castro (2017) deixa claro, por sua vez, como a política do Estado brasileiro foi sempre a de “desindianizar” os índios e outras populações que vivem conforme e escolhas e modos de vida que não se submetem aos princípios da produção capitalista.

A despeito disso, a luta indígena nunca deixou de existir no país, e no âmbito das leis, os povos originários conquistaram o reconhecimento de seu direito às terras que habitam, mesmo que tardiamente, isto é, com a Constituição de 1988.

Na atualidade os povos originários vêm criando uma enorme dimensão de visibilidade realizada por eles na experiência e direitos que foram conquistados ao longo do século, e isso trouxe movimentos reais que puderam fazer a diferença nessa trajetória. Este estudo visa dar visibilidade à presença indígena na história do país e aos movimentos indígenas atuais, como o Acampamento Terra Livre (ATL) que acontece anualmente, sendo a maior mobilização indígena, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, a APIB, que publiciza em seu site as lutas e pautas do movimento.

Para completar e enriquecer a visibilidade dos povos indígenas, o artigo traz uma importância representativa das mulheres na Marcha das Mulheres Indígenas, com o propósito de reconhecer o protagonismo conquistado pelas indígenas mulheres e a elaboração que elas vêm desenvolvendo em torno da “mãe terra” e do fortalecimento das lutas indígenas pela natureza como força social imprescindível para o mundo em que vivemos, como nos alerta Davi Kopenawa (2023) ao falar sobre a iminente “queda do céu”.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: janjaninebispoamaral@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Ori entadora: Elizabeth de Paula Pissolato.

2. PARENTES QUE RETORNAM? PERSPECTIVA INDÍGENA SOBRE APARECIMENTO DOS BRANCOS

Os indígenas são os sujeitos que compõem a formação do Brasil, eles pertencem à terra e a terra lhes pertence. Todavia, no seu lugar de pertencimento surgiram outros, que chegaram para residir no mesmo território e o chamaram de lar. Considerando que essa fosse a intenção dos portugueses, não seria um problema. Entretanto, suas ações e ideias eram outras.

Com a falta de sensibilidade às culturas e às florestas, as consequências originadas por esse encontro foram levando a uma série de mudanças, em sua maioria negativas, como, por exemplo, o desenvolvimento dos problemas ambientais presentes. A maneira como a terra está sendo explorada para suprir as demandas industriais do capitalismo tem afetado diretamente os povos indígenas e outros povos tradicionais, interferindo de modo intensivo no meio ambiente, no modo de viver e no usufruto dos recursos naturais que a terra oferece.

A história da perspectiva indígena sobre o aparecimento dos brancos é narrada frequentemente como uma história que envolveu um engano. De início, havia uma imagem de que os brancos seriam parentes, originados no mesmo evento de criação, que estariam voltando. Isso fez que os europeus que chegaram na costa do Brasil fossem bem acolhidos, alimentados, aceitos. Mas tal perspectiva se mostrou equivocada. Houve um encontro de violação e desrespeito, na verdade, que foi revelando a verdadeira intenção do “Povo das Mercadorias”. Para compreender essa passagem histórica, Kopenawa (1999) em “A outra margem do Ocidente. Descobrimos os Brancos”, elabora um pensamento diferente que mostra como os seus povos ancestrais lidaram com essa diferença do outro, como aconteceu essa aproximação e o modo como tiveram que lidar com essa cultura diferente. Ele fala desse encontro de como os brancos ignoravam a existência dos povos indígenas, agindo como se tivessem descoberto uma terra sem ocupação, eles, os indígenas estavam ali, a floresta, assim como os peixes e animais já existiam.

Eu não digo: “Eu descobri o céu!”. Também não clamo: “Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!”. Eles sempre estiveram lá, desde os primeiros tempos. Digo simplesmente que também os como, isso é tudo. (KOPENAWA, 1999, p. 19).

Em outras palavras, o autor busca a compreensão da realidade histórica do que aconteceu para explicar em suas palavras, que não houve uma apropriação de propriedade por parte dos seus povos pois tudo que existe e existiram nos tempos dos seus ancestrais já estavam lá antes deles. Portanto, a terra não era deles para que ousassem dizer que “descobriram algo”. Essa perspectiva sobre o mito de origem e o que se sucedeu com essa descoberta foi construída a partir das interpretações dos próprios Yanomami, ou seja, a partir de seu modo de pensar e estar no mundo, que considera que o criador Omama criou todos os povos que existem e também as montanhas, as florestas, os rios.

Nesse mesmo contexto de aproximação e contato com os brancos, Ailton Krenak (1999) traz uma referência de narrativas indígenas para explicar que, de alguma maneira, já se esperava a chegada dos brancos. As invasões ocorreram, assim como uma mudança radical com a chegada desses outros, mas até então essas mudanças não eram perceptíveis aos olhos dos povos indígenas.

E nas narrativas antigas ele aparecia de novo como um sujeito que estava voltando pra casa, mas não se sabia mais o que ele pensava, nem o que ele estava buscando. E apesar de ele ser sempre anunciado como nosso visitante, que estaria voltando pra casa, estaria vindo de novo, não sabíamos mais exatamente o que ele estava querendo. E isso ficou presente em todas as narrativas, sempre nos lembrando a profecia ou ameaça da vinda dos brancos (...). (KRENAK, 1999, p.24).

Eles não possuíam a noção de que os brancos seriam uma ameaça real, mas seus ancestrais já temiam esse encontro, visto que, em tempos passados, já haviam escrito sobre uma relação de irmandade entre ambos. Esse encontro seria visto pelos povos indígenas como um retorno de irmãos diferentes, que se distanciaram e aprenderam coisas novas; entretanto, não se sabia qual era o objetivo desses brancos ao promover novas reaproximações.

O que fica evidente ao observar as narrativas sobre a chegada desse "outro" é que, no final, ambos os lados não se conheciam de fato. No entanto, os povos indígenas os trataram de forma receptiva, enquanto esses "irmãos" chegaram com total ignorância sobre a terra e a cultura daqueles que já habitavam o território. Suas mentes já estavam alienadas por um modo de viver diferente, ignorando totalmente a existência e a cultura indígena.

A partir da forma de pensar da sociedade brasileira atual, pode-se entender que esse contexto histórico reflete como o contato entre esses grupos foi se estabelecendo ao longo dos anos e como ele ainda se faz presente na estrutura social do Brasil. Essa realidade revela a dificuldade de conhecer e compreender a vivência do outro, de respeitar o modo de vida alheio e de demonstrar sensibilidade em relação ao que é diferente. Davi Kopenawa, em suas reflexões, deixa claro o motivo desta impossibilidade: a obsessão do sistema capitalista global com a produção de coisas para o consumo, um pensamento "cheio de esquecimento" que não percebe que há outros sujeitos, e não apenas a espécie humana, que agem no mundo. O "povo da mercadoria", ou seja, os ocidentais que pensam que se pode explorar até o esgotamento a terra, em busca do materialismo e lucro, não vê que isso de fato não assegura a vida.

2.1 POLÍTICAS INDIGENISTAS DO ESTADO BRASILEIRO

Nessa contextualização a seguir, é importante estabelecer a trajetória de como os povos indígenas foram tratados pelas legislações vigentes durante o período colonial e entender as consequências que viriam de um desencontro radical de perspectivas. Enquanto os indígenas tinham um olhar de abertura ao Outro, os europeus que chegavam em seus territórios, o governo colonial, desde o início, quis se apropriar das terras e do trabalho dos indígenas, ignorando a escolha de viver conforme seus costumes por esses povos.

Neste sentido, o documentário "Guerras do Brasil", com direção de Luiz Bolognesi (2019), traz em seu episódio 01 informações e dados importantes para a compreensão da história que, por um longo período, foi ignorada pela sociedade brasileira mais ampla. Trata-se da dominação oculta no tempo colonial para garantir a tomada de terra e a submissão dos povos indígenas. Isso porque, para o homem branco, o correto era apenas o sistema entendido como "civilizado" e "cristão". A ignorância para com o ponto de vista de outros povos fez com que os invasores buscassem se impor sob a força de armas e de missões religiosas, desrespeitando os modos de vida que já existiam nas terras depois chamadas de Brasil.

É importante destacar que, enquanto os nativos indígenas, por um lado, tratavam os brancos com abertura à alteridade e respeito, mesmo em circunstâncias de estranhamento, os colonizadores chegaram com o propósito de se estabelecer e usar os nativos como mão de obra para fins de seus objetivos, além de escravizá-los, uma vez que os consideraram, pela primeira impressão, "bárbaros" e os viam como inferiores a eles. De acordo com o antropólogo Carlos Fausto, no documentário citado preliminarmente:

Enquanto os índios estavam querendo saber que tipo de corpo esse pessoal que chegou tem, se eles são mortais, se eles morrem (...) Os espanhóis estavam discutindo se eles tinham alma ou não, se eles podiam ser escravizados(..). (GUERRAS DO BRASIL, ep. 01 – Guerras da Conquista, 2019, 12 min 17 s).

Esse dado levantado pelo antropólogo chama a atenção para a escravização dos povos indígenas, reconhecendo que houve uma violação de maneira direta e indireta, uma vez que a escravidão indígena ocorreu por meios de injustiças consideradas "morais" pelo Estado, como a chamada "guerra justa". Esta autorizava que os exploradores das terras no Brasil atacassem os nativos, podendo até matá-los caso não se submetessem ao cristianismo e tomassem suas terras à força. Ou seja, a violência autorizada pela lei, e não haveria nenhum dano ao executarem tais barbaridades. A cristianização forçada dos povos indígenas tinha o objetivo de converter suas crenças e costumes, entre outras ameaças. Em uma passagem do documentário "Guerras do Brasil", a liderança indígena Sônia Guajajara relata essa questão que ocorreu de fato com seus ancestrais.

A própria igreja católica tentou evangelizar e muitos que não aceitavam eram mortos, muitos de nós eram proibidos de falar a língua, de assumir o nome indígena. [...]. Muita gente negou a sua própria identidade, para poder evitar o preconceito ou mesmo para evitar ser

morto. (GUERRAS DO BRASIL, ep. 01 – Guerras da Conquista, 2019, 17 min 35 s)

A despeito da resistência dos povos indígenas, da perspectiva do Estado, eles deveriam se integrar ao modo de vida “civilizado”, ou permaneceriam excluídos da sociedade que viria a surgir. Esses eventos traumáticos levantados pela indígena Sônia Guajajara no referido documentário, torna-se apenas uma das diversas decorrências de casos semelhantes que continuam acontecendo com a população indígena no Brasil, quando são coagidos a não expressar sua identidade e a abandonar sua cultura de origem. Nesse sentido, fica evidente que sempre existiu uma exclusão e preconceito contra os nativos.

De acordo com dados históricos trazidos por Viveiros de Castro (2017) na publicação “Os Involuntários da Pátria”, apresentado no colóquio “Questões indígenas: ecologia, terra e saberes ameríndios”, em Lisboa, quando os portugueses usaram a mão de obra indígena para benefício próprio, surgiram vários movimentos de interesse comum na colonização, a fim de lucrar mediante o poder do Estado. Dessa maneira, o colonialismo português ganha uma enorme visibilidade para o sistema do “homem branco”, uma vez que sempre possuíam interesses nas terras indígenas. Assim, pode-se afirmar que, com base nos interesses criados pela coroa ou em termos da “guerra justa”, os portugueses usariam essa condição do Estado para a tomada daqueles territórios, conscientemente sabendo da ligação da terra com os povos nativos.

Para alguns, essa violação dos direitos ainda segue acontecendo, contendo resquícios de uma exclusão por parte do Estado e seu poder absoluto. Mesmo com os avanços ocorridos na construção da política indigenista, prevalece o pensamento conservador e assistencialista, uma vez que os direitos dos indígenas continuam sendo ignorados e acolhidos superficialmente pelo sistema do homem branco.

Os índios são os primeiros indígenas a não se reconhecerem no Estado brasileiro, por quem foram perseguidos durante cinco séculos: seja diretamente, pelas “guerras justas” do tempo da colônia, pelas leis do Império, pelas administrações indigenistas republicanas que os exploraram, maltrataram, e, muito timidamente, às vezes os defenderam (quando iam longe demais, o Estado lhes cortava as asinhas); seja indiretamente, pelo apoio solícito que o Estado sempre deu a todas as tentativas de desindianizar o Brasil, varrer a terra de seus ocupantes originários para implantar um modelo de civilização que nunca serviu a ninguém senão aos poderosos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p.5).

O autor Viveiros de Castro (2017) faz uma crítica contundente às políticas indigenistas que tratam os povos indígenas como obstáculos ao desenvolvimento. Ele argumenta que tais políticas são frequentemente implementadas sem qualquer consulta às comunidades afetadas, desrespeitando seus direitos e ignorando seu conhecimento sobre a gestão sustentável da terra. Além disso, enfatiza a necessidade de políticas que reconheçam a autonomia dos povos indígenas e reflitam verdadeiramente seus interesses e modos de viver, uma vez que eles não se sentem representados

Esse enfoque não se trata apenas de um sistema capitalista; também envolve uma representação simbólica de suas próprias visões de mundo e das decisões que desejam tomar. Refere-se especificamente à identidade que os povos indígenas querem ter, considerando que, talvez, eles desejam ser incluídos como cidadãos, mas não compartilham a lógica ocidental, e por isso, não queiram ser moldados a essa sociedade que o Estado apresenta. Assim, significa entender que os povos nativos querem apenas viver da terra e isolados, sem contato com esse sistema capitalista de lucros e riquezas. Dessa maneira, o autor deixa claro que o manifesto dessa relação existente na conjuntura atual é que a sociedade “elite” não tem essa sensibilidade de consciência, já que as políticas do Estado brasileiro sempre se limitaram a uma ordem conservadora, tendo como pilar a propriedade.

[...] o capitalismo só cresce pelas pontas aprofundando ao mesmo tempo suas raízes sinistras nas minas de coltan do Congo, nos sweatshops de São Paulo ou Mumbai, e nos 150 milhões de migrantes internos na China em regime de trabalho semiescravo. Enfim, e sobretudo, ele prospera por via da exploração da Terra, a natureza “grátis” oferecida por Deus para o uso e abuso do “Homem”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p.5)

Essa ideologia política, com base no capitalismo, traz apenas uma integração forçada a um processo produtivo que centraliza o desenvolvimento, sem benefício algum aos povos indígenas e à defesa da terra. A estrutura atual do capitalismo leva o “homem” a criar cada vez mais estratégias políticas para promover a concentração de acúmulo de capital e mercadorias, resultando em um aumento da pobreza. Isso representa um retrocesso na exploração que marcou os primeiros contatos com os nativos, refletindo uma construção de posses e bens que eles não reivindicaram.

2.2 LUTAS INDÍGENAS E SEUS DIREITOS

Como bem descreveu Sônia Guajajara em *Guerras do Brasil* (2019), os povos indígenas sempre resistiram e lutaram por seus direitos, inicialmente enfrentando por séculos um processo opressivo de homogeneização cultural e violência simbólica disfarçada. Nesse contexto, é fundamental entender que a atual situação enfrentada contra os “madeireiros” e outros mencionados por Guajajara enfatiza a realidade das invasões contra as terras indígenas e a exploração ilegal de recursos naturais. Conflitos como esse tornaram-se constantes nas terras indígenas; entretanto, a realidade atual dos povos nativos lhes permite, na contemporaneidade, impor-se e defender seu legado, bem como o modo como desejam viver. Antes, os povos nativos não possuíam a visibilidade necessária para ter voz ativa e serem respeitados pela sociedade vigente. Contudo, nunca aceitaram ser moldados à assimilação do colonialismo.

Longe de serem passivos, os ameríndios refletem para o mundo que sempre estiveram aqui; em outras palavras, nunca desapareceram diante da guerra. Ao contrário, resistem e criam sua própria identidade para lutar por seus direitos, não se inferiorizando a uma visão equivocada que alguns têm sobre o estereótipo de “índios aculturados”:

[...] Guerras que a gente vive para ter os direitos garantidos, guerras que a gente enfrenta para manter a nossa cultura, e a guerra que enfrentamos contra os madeireiros, a gente diz guerreiros porque é uma palavra que vem de “guerra” mesmo, e a gente vive em uma guerra constante todos os dias. (GUERRAS DO BRASIL, ep. 01 – Guerras da Conquista, 2019, 25 min 40s)

Logo, nessa crescente visibilidade indígena no cenário atual do Brasil, eles vêm se tornando mais presentes, acompanhados por uma grande expansão da população nativa espalhada pelo país. De acordo com o estudo “Os Indígenas no Censo 2022” (IBGE, 2022), no ano de 2010 foi apontado um número muito menor de população indígena, com a margem de 0,47%, correspondente a pessoas que residem em terras indígenas. Em comparação, o censo mais recente, de 2022, revelou cerca de 1,7 milhões de indígenas vivendo no Brasil, ultrapassando um percentual significativo de 56,10% jovens, com a maioria residindo hoje na Amazônia.

Segundo os dados apresentados, 75,71% estão localizados nas regiões Norte e Nordeste do país. Diante disso, pode-se afirmar uma retomada populacional significativa dos povos indígenas em busca do seu lugar de pertencimento. Apesar de ainda serem uma população ameaçada, os indígenas têm se mostrado cada vez mais presentes na autoidentificação como indígenas, com maior representatividade na pauta da sociedade, reivindicando seus direitos, realidade que foi garantida pela Constituição de 1988.

Essa Lei foi implementada após séculos de exploração e invasões as terras indígenas. A Constituição Federal de 1988 tem como finalidade o reconhecimento dos direitos as terras que tradicionalmente ocupam, a autodeterminação indígena e assegurar a proteção de seus territórios, conforme o artigo 231 e 232 da CF/88. Essas conquistas foram um marco importante na história do Brasil, uma vez que seria determinante no atendimento às necessidades dos povos indígenas e a posse concreta sobre as terras por eles ocupadas, podendo assim, usufruírem de toda entidade que a natureza tem a oferecer, vivendo conforme seus costumes e proteção à sua cultura.

A Constituição deve ser aplicada ativamente para todos, toda via, no que refere-se às particularidades nativas, devem ser asseguradas, respeitando os dispositivos constitucionais, entretanto, seus benefícios e direitos estão distantes de serem implementados, devido à atuação precária das instituições do Estado, o que vem desencadeando uma violação de grande desapropriação das terras indígenas. Com base na matéria apresentada pela organização Fundo Brasil (2024), essa violação dos direitos se deve à falta de fiscalização e assistência aos nativos. A matéria traz, ainda, destaque aos acontecimentos recentes que têm resultado no atual cenário de violações dos territórios indígenas.

No primeiro bimestre de 2022 foram detectados 287 hectares de garimpo nas Terras Indígenas e Unidade de Conservação do Xingu, colocando em risco a saúde dos povos indígenas e população tradicionais, segundo dados do ISA." (FUNDO BRASIL, 2024)

A situação evidencia que, apesar das ações implementadas pelo estado para assegurar os direitos indígenas, o acesso às áreas preservadas continua sem assistência efetiva, se tornando uma área ainda mais vulnerável aos ataques de garimpos e violência contra os indígenas, em específico às mulheres, conforme o Conselho Indigenista Missionário mencionado no Fundo Brasil (2024).

Devido a quadros de ataques como este, é preciso entender que tipo de Brasil esta construindo para a sociedade, quais as políticas estão voltadas a trazer segurança e mudanças reais. Em tese, a grande violência contra os nativos parte de uma atividade capitalista desenfreada para a indústria, resultando no empobrecimento dos povos locais e à concentração de riqueza nas mãos de poucos. É certo afirmar com base no que foi dito acima que, de muitas maneiras os indígenas vem sofrendo o preconceito e ataques constantes de garimpos ilegais, e esse número está aumentando cada dia, resultando na destruição ambiental e doenças entre os povos.

É de conhecimento geral, que o garimpo não traz apenas ameaças às comunidades indígenas, mas à estabilidade da economia e a destruição ambiental. Diante do exposto, é necessário que medidas sejam tomadas; e não se referindo apenas as fiscalizações dos territórios, mas condiz aqui inserir também o respeito às alteridades, às formas de vida que fazem parte da construção do Brasil.

Os indígenas, desde o colonialismo, vivenciam abusos de muitas maneiras, e agora com essa infeliz realidade das invasões pelo garimpo, a exploração ilegal de madeira, o avanço do agronegócio, são necessárias mais representações indígenas na política do Estado, para a implementação de novos recursos efetivos contra os ataques realizados pelo garimpo ilegal e afins, caso contrário, mais uma vez, os povos originários estarão em retrocesso de seus direitos.

Dados apresentados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2024) demonstram um destaque positivo recente de 2020 no crescimento político dos cargos ocupados por indígenas, o que intensifica as lutas pela garantia dos direitos indígenas e por políticas ambientais associadas. Essa visibilidade, ressalta o propósito dos povos indígenas de conscientizar a população social brasileira e inspirá-los na prática de apoio às causas sociais que preservam a floresta e demais áreas do país. Assim como também, "eliminar o preconceito" que alguns ainda têm quando se trata de reconhecer que existe a diversidade do outro, culturas e espiritualidades diferentes, o que os povos nativos querem é que a sociedade ouça o que eles têm a dizer, porque aparentemente essa é a maior dificuldade que eles sempre enfrentaram.

2.3 POLÍTICAS INDÍGENAS DA TERRA

O manifesto dos indígenas atualmente é um grito de paz, é estabelecer uma relação de harmonia e cuidado com a terra, as políticas que hoje são implementadas a favor dos indígenas são usadas em partes para estabelecer a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, é importante frisar que a atual ideia do ponto de vista dos povos indígenas é estabelecer uma ordem natural da vida, e fazer com que os demais hábitos que compõem o território brasileira entenda que, eles desejam apenas a preservação da natureza e não para benefício próprio. O ativista e líder indígena Kopenawa (1999) dá sentido a essa preocupação dos nativos ao descrever o seu pensamento sobre a terra e a produção do "homem branco".

Nós, nós queremos que a floresta permaneça como é, sempre. Queremos viver nela com boa saúde e que continuem a viver nela os espíritos xapiripê, a caça e os peixes. Cultivando apenas as plantas que nos alimenta, não queremos fábricas, nem buracos na terra, nem rios sujos." (KOPENAWA, 1999, p.20)

Esse comentário de Kopenawa (1999) eleva o sentido da política social a um outro contexto de pertencimento sobre a terra, uma vez que, para os povos indígenas, eles não estão de forma alguma, interessados na "propriedade", ou algo semelhante a isso, eles querem saber qual seu lugar de pertencimento sobre a terra. O xamã e ativista reflete em outra ordem. Para ele, o Brasil é de todos; dos povos indígenas e não indígenas, assim como a terra também, quando ele diz que "não queremos fábricas", quer dizer que eles, Yanomami, como muitos

outros povos indígenas, são parte da terra e não se veem como donos. Que querem viver de maneira que a terra continue propícia à vida.

A participação do indígena na política hoje é complexa e desafiadora para os nativos. Em um sistema capitalista com tantos impactos ambientais e violações constantes, os indígenas vivenciam uma situação de vulnerabilidade e lutas que são colocados diariamente, isto é, esperam por providências efetivas do governo para regularizar suas terras e atender as suas demandas.

O apelo dos povos indígenas é que sua voz seja escutada e suas demandas atendidas. Para isso, eles precisam que o Estado os veja, e principalmente que a população brasileira os apoie nesse momento tão importante para as demarcações de suas terras e o afastamento de exploradores como o garimpo ilegal e madeireiros.

Em um plano atual, o Acampamento Terra Livre (ATL), eleva o movimento indígena como nunca. O movimento surge com o propósito de dar voz e representatividade na defesa dos seus direitos, sendo que, recentemente, a mobilização realizada em Brasília, reuniu cerca de 9 mil pessoas, e a presença de mais de 200 tribos, com o título de “Nosso marco é ancestral! Sempre estivemos aqui.”. Esse marco é crucial para compreendermos a força de uma diversidade cultural tão importante para o nosso país, é evidenciar sua realidade e não se abalar diante do desinteresse político pelas suas causas, já que a representatividade indígena no poder tem como ideal principal lutar contra todo tipo de ilegalidades e crimes praticados contra a natureza.

Logo, outras protagonistas não menos importantes, mudam a história do atual cenário político brasileiro. São as mulheres indígenas que hoje podem também se posicionar em defesa da terra. Neste sentido, observa-se o Manifesto das Primeiras Brasileiras (APIB Oficial, 2021):

Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedoras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da Universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo” (APIB OFICIAL, 2021)

A primeira Marcha das Mulheres Indígenas aconteceu em Brasília, no Distrito Federal, entre 9 e 14 de agosto de 2019. Sendo assim, o propósito se insere dentro desse movimento, para dar empoderamento às mulheres indígenas, e permitir que elas vejam o seu próprio potencial, bem como, possuir domínio de serem suas próprias representantes nos parlamentos estaduais, assim como também, “lutar contra as violações de seus corpos e seu espírito” em qualquer “bioma” em que estiverem. A partir do trecho citado (APIB Oficial, 2021) fica evidente a importância da ocupação de uma representatividade feminina em várias áreas na sociedade, além de ser de suma importância a valorização de sua existência e identidade.

O movimento indígena está há muitos anos em luta contra o marco temporal, mas nesse contexto, deve-se atentar onde as mulheres indígenas estão nesse momento, e refletir porque a terra é crucial para elas também. De um lado espiritual de corpo e pertencimento à terra, é importante entender que a relação das mulheres com a natureza possui um significado simbólico, uma vez que elas carregam a sabedoria de suas ancestrais, raízes da terra.

Desta forma, em análise ao manifesto elaborado pelas mulheres indígenas (APIB, 2021) as mulheres estão o mais perto possível que conhecemos da terra, a mãe natureza, que assim como as mulheres, produzem frutos e por isso levam suas diversas formas de se manifestarem “da aldeia para o chão do mundo”, podendo assim dizer, mulheres que lutam e moldam sua própria realidade.

É preciso que o Estado Brasileiro assuma como bandeira as políticas indígenas de terra e aja de modo incisivo contra a destruição da floresta e ameaça de extermínio dos povos indígenas. Os indígenas querem promover a justiça social e ambiental das terras, porém, isso só será possível respeitando-se outras formas de relação com a terra. Em artigo publicado na plataforma acadêmica Nexa Políticas Públicas, Kopenawa (2023) traz uma reflexão acerca desse momento contemporâneo atual ao dizer que “A gente cuida do céu para que ele não caia outra vez”, referindo-se a um uma forma de alertar os brancos que a floresta está viva, mas se os brancos continuarem insistindo na destruição desenfreada dos ambientes para a produção de mercadorias para o consumo logo ela morrerá e tudo nela desaparecerá.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos povos indígenas na política brasileira e a formulação de políticas indigenistas ainda são temas complexos e desafiadores. A trajetória histórica de marginalização e violência contra os povos indígenas no Brasil deixou profundas marcas, que ainda hoje influenciam as relações entre esses povos e o Estado. Apesar dos avanços legais, como a Constituição de 1988, e das conquistas políticas recentes, os indígenas continuam a enfrentar ameaças à sua sobrevivência, à preservação de suas culturas e à garantia de seus territórios.

A luta indígena no Brasil contemporâneo, contudo, demonstra uma capacidade de resistência e organização notáveis. Movimentos como o ATL, que promovem a visibilidade dos direitos indígenas e a conquista de mulheres na liderança, assim como Sônia Guajajara presentes no cenário político, mostram que os povos originários estão dispostos a ocupar espaços de poder e a fazer valer seus direitos, desafiando uma longa história de exclusão e opressão.

Sendo assim, os resultados da pesquisa apresentada nesse artigo, apontam uma perspectiva para o futuro dos povos indígenas no Brasil, que dependem, em grande medida, da capacidade do Estado brasileiro de garantir a plena implementação dos direitos constitucionais e da sociedade como um todo de reconhecer e valorizar a importância dos povos indígenas para a construção de um país mais justo, diverso e sustentável.

REFERÊNCIAS

BOLOGNESI, Luiz. **GUERRAS DO BRASIL.DOC - Ep. 1: As guerras da conquista**. 2019. Publicado pelo canal MPA Brasil. YouTube, 21 de mar. de 2021. Duração: 28:38. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1C7eQBI6_pk>. Acesso em: 07 de set. 2024.

CAUSAS E LUTAS INDÍGENAS: CONHEÇA E APOIE. **Fundo Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/blog/causas-e-lutas-indigenas-conheca-e-apoie/>>. Acesso em: 11 de set. de 2024

KOPENAWA, D. **A Outra Margem do Ocidente**. Descobrimo os Brancos. In: NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia de Letras, 1999. p. 15-21.

KOPENAWA, D. A gente cuida do universo, para que o céu não caia outra vez. **NEXO Políticas Públicas**. 15 de fev. 2023. Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/topico/2023/02/15/a-gente-cuida-do-universo-para-que-o-ceu-nao-caia-outra-vez>>. Acesso em: 11 de set. de 2024

KRENAK, A. *et al.* **A Outra Margem do Ocidente**. O Eterno Retorno do Encontro. In: NOVAES, Adauto. São Paulo: Companhia de letras, 1999. p. 23-31.

MANIFESTO DAS PRIMEIRAS BRASILEIRAS. **APIB Oficial**. 05 de mar. 2021. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2021/03/05/manifesto-das-primeiras-brasileiras/>>. Acesso em: 07 de set. de 2024

OS INDÍGENAS NO CENSO 2022. **IBGE educa/Jovens**. 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/22324-os-indigenas-no-censo>>. Acesso em: 11 de set. de 2024

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os Involuntários da Pátria. Coleção Caderno de Leituras. **Chão da Feira**. n. 65. p. 03-09. 2017. Disponível em: <<https://chaodafeira.com/catalogo/caderno65/>> Acesso em 07 de set. 2024.